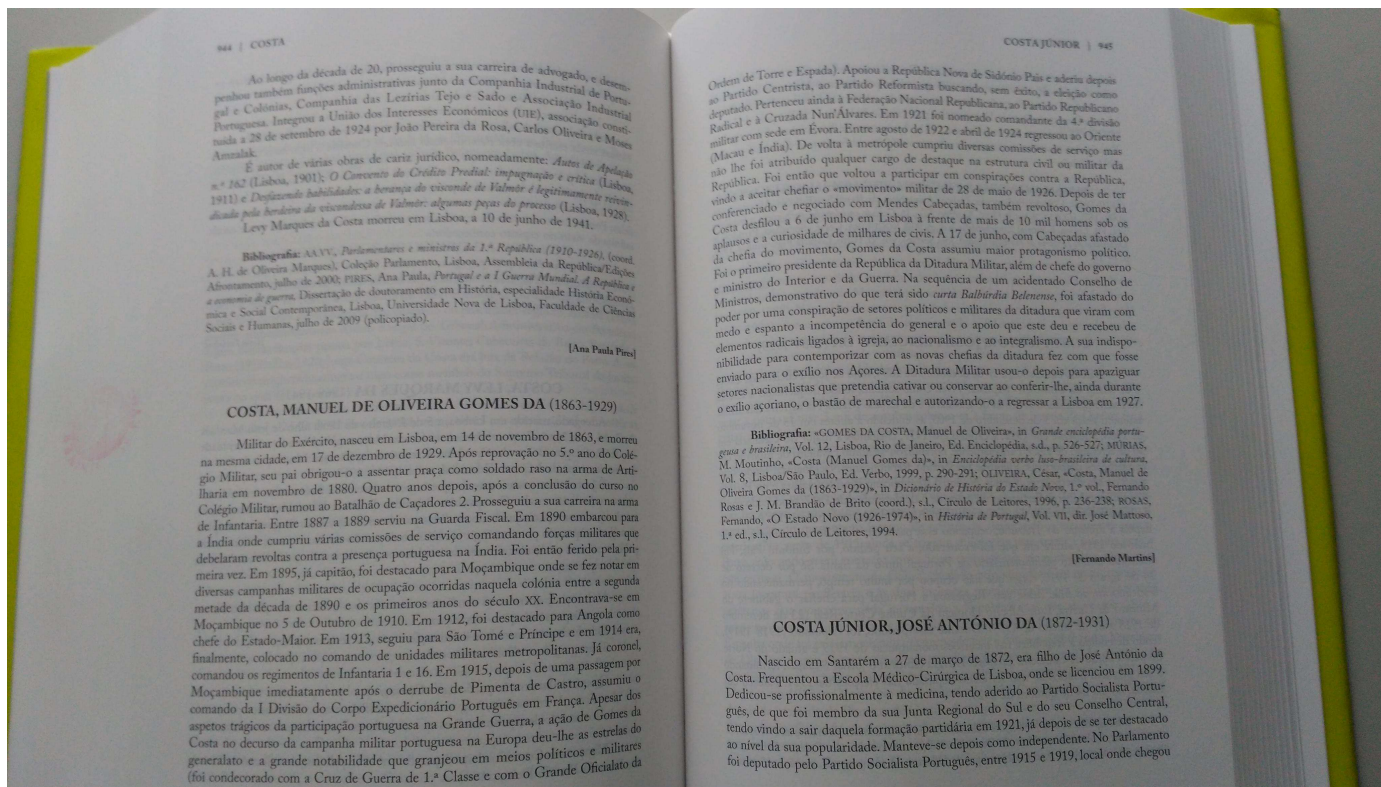




Ao longo da década de 20, prosseguiu a sua carreira de advogado, e desempenhou também funções administrativas junto da Companhia Industrial de Portugal e Colónias, Companhia das Lezírias Tejo e Sado e Associação Industrial Portuguesa. Integrou a União dos Interesses Económicos (UIE), associação constituída a 28 de setembro de 1924 por João Pereira da Rosa, Carlos Oliveira e Moses Amralak.

É autor de várias obras de cariz jurídico, nomeadamente: *Autos de Apelação* n.º 162 (Lisboa, 1901); *O Convento do Crédito Predial: impugnação e crítica* (Lisboa, 1911) e *Deficiência habilitacional: a herança do visconde de Valmor é legitimamente reivindicada pela herdeira da viscondessa de Valmor: algumas peças do processo* (Lisboa, 1926).

Levy Marques da Costa morreu em Lisboa, a 10 de junho de 1941.

Bibliografia: AA.VV., *Parlamentares e ministros da 1.ª República (1910-1926)*, (coord. A. H. de Oliveira Marques), Coleção Parlamento, Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, julho de 2000; PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a economia da guerra*, Dissertação de doutoramento em História, especialidade História Económica e Social Contemporânea, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, julho de 2009 (policopiado).

[Ana Paula Pires]

COSTA, MANUEL DE OLIVEIRA GOMES DA (1863-1929)

Militar do Exército, nasceu em Lisboa, em 14 de novembro de 1863, e morreu na mesma cidade, em 17 de dezembro de 1929. Após reprovação no 5.º ano do Colégio Militar, seu pai obrigou-o a assentar praça como soldado raso na arma de Artilharia em novembro de 1880. Quatro anos depois, após a conclusão do curso no Colégio Militar, rumou ao Batalhão de Caçadores 2. Prosseguiu a sua carreira na arma de Infantaria. Entre 1887 a 1889 serviu na Guarda Fiscal. Em 1890 embarcou para a Índia onde cumpria várias comissões de serviço comandando forças militares que debelaram revoltas contra a presença portuguesa na Índia. Foi então ferido pela primeira vez. Em 1895, já capitão, foi destacado para Moçambique onde se fez notar em diversas campanhas militares de ocupação ocorridas naquela colónia entre a segunda metade da década de 1890 e os primeiros anos do século XX. Encontrava-se em Moçambique no 5 de Outubro de 1910. Em 1912, foi destacado para Angola como chefe do Estado-Maior. Em 1913, seguiu para São Tomé e Príncipe e em 1914 era, finalmente, colocado no comando de unidades militares metropolitanas. Já coronel, comandou os regimentos de Infantaria 1 e 16. Em 1915, depois de uma passagem por Moçambique imediatamente após o derrube de Pimenta de Castro, assumiu o comando da I Divisão do Corpo Expedicionário Português em França. Apesar dos aspetos trágicos da participação portuguesa na Grande Guerra, a ação de Gomes da Costa no decurso da campanha militar portuguesa na Europa deu-lhe as estrelas do generalato e a grande notabilidade que granjeou em meios políticos e militares (foi condecorado com a Cruz de Guerra de 1.ª Classe e com o Grande Oficialato da

Ordem de Torre e Espada). Apoiou a República Nova de Sidónio Pais e aderiu depois ao Partido Centrista, ao Partido Reformista buscando, sem êxito, a eleição como deputado. Pertenceu ainda à Federação Nacional Republicana, ao Partido Republicano Radical e à Cruzada Nuno Álvares. Em 1921 foi nomeado comandante da 4.ª divisão militar com sede em Évora. Entre agosto de 1922 e abril de 1924 regressou ao Oriente (Mocim e Índia). De volta à metrópole cumpriu diversas comissões de serviço mas não lhe foi atribuído qualquer cargo de destaque na estrutura civil ou militar da República. Foi então que voltou a participar em conspirações contra a República, vindo a aceitar chefiar o «movimento» militar de 28 de maio de 1926. Depois de ter conferenciado e negociado com Mendes Cabeçadas, também revoltoso, Gomes da Costa desfilou a 6 de junho em Lisboa à frente de mais de 10 mil homens sob os aplausos e a curiosidade de milhares de civis. A 17 de junho, com Cabeçadas afastado da chefia do movimento, Gomes da Costa assumiu maior protagonismo político. Foi o primeiro presidente da República da Ditadura Militar, além de chefe do governo e ministro do Interior e da Guerra. Na sequência de um acidentado Conselho de Ministros, demonstrativo do que terá sido *curta Balbúrdia Belenense*, foi afastado do poder por uma conspiração de setores políticos e militares da ditadura que viram com medo e espanto a incompetência do general e o apoio que este deu e recebeu de elementos radicais ligados à igreja, ao nacionalismo e ao integralismo. A sua indisponibilidade para contemporizar com as novas chefias da ditadura fez com que fosse enviado para o exílio nos Açores. A Ditadura Militar usou-o depois para apaziguar setores nacionalistas que pretendia cativar ou conservar ao conferir-lhe, ainda durante o exílio açoriano, o bastão de marechal e autorizando-o a regressar a Lisboa em 1927.

Bibliografia: «GOMES DA COSTA, Manuel de Oliveira», in *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, Vol. 12, Lisboa, Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d., p. 526-527; MURIAS, M. Moutinho, «Costa (Manuel Gomes da)», in *Enciclopédia verbo luso-brasileira de cultura*, Vol. 8, Lisboa/São Paulo, Ed. Verbo, 1999, p. 290-291; OLIVEIRA, Cesar, «Costa, Manuel de Oliveira Gomes da (1863-1929)», in *Dicionário de História do Estado Novo*, 1.ª vol., Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), s.l., Circulo de Leitores, 1996, p. 236-238; ROSAS, Fernando, «O Estado Novo (1926-1974)», in *História de Portugal*, Vol. VII, dir. José Mattoso, 1.ª ed., s.l., Circulo de Leitores, 1994.

[Fernando Martins]

COSTA JÚNIOR, JOSÉ ANTÓNIO DA (1872-1931)

Nascido em Santarém a 27 de março de 1872, era filho de José António da Costa. Frequentou a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, onde se licenciou em 1899. Dedicou-se profissionalmente à medicina, tendo aderido ao Partido Socialista Português, de que foi membro da sua Junta Regional do Sul e do seu Conselho Central, tendo vindo a sair daquela formação partidária em 1921, já depois de se ter destacado ao nível da sua popularidade. Manteve-se depois como independente. No Parlamento foi deputado pelo Partido Socialista Português, entre 1915 e 1919, local onde chegou